



Instituto para a Conectividade nas Américas

Conectar Pessoas. Conectar Idéias. Conectar as Américas.

Os Povos Indígenas e a Sociedade da Informação na América Latina e o Caribe

Um Marco Para a Ação

Isabel Hernández
Silvia Calcagno
CEPAL
Santiago de Chile
Março 2003

OS POVOS INDÍGENAS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE: um marco para a ação

Isabel Hernández Silvia Calcagno¹

Resumen

A América Latina alberga quatrocentos povos indígenas, cerca de 50 milhões de indivíduos; a maioria sofre discriminações por sua pertença étnico-cultural e sobrevive em condições de marginalidade que contrastam com o mundo moderno que a rodeia. Sua exclusão econômica se baseia em *discriminações gerais*, similares às registradas pelas camadas pauperizadas do campo e da cidade; mas sua marginalização se aprofunda devido à *intolerância e à discriminação étnico-cultural*, presentes nas sociedades nacionais da região.

O paradigma de globalização econômica está agudizando os processos históricos de marginalização social dos povos indígenas, enquanto no plano cultural se propicia um processo de “homogeneização” que tenta socavar a identidade pluricultural do continente, desconhecendo que a construção de uma cidadania moderna traz consigo o desafio de conciliar as particularidades histórico-culturais de cada povo com a vocação universalista do desenvolvimento e a modernidade.

Não obstante, as causas do recrudescimento da exclusão indígena e sua atual marginalização da sociedade informática não são atribuíveis, exclusivamente, às relações de desigualdade geradas entre o centro e a periferia. Além delas, é preciso focalizar a análise na dinâmica interna destas sociedades e suas lideranças, nas relações de gênero y nos processos migratórios que definem diferenças entre grupos e indivíduos indígenas no que diz respeito ao nível educativo, nível de consciência étnica e sentido de pertinência, possibilidades de inserção em atividades não tradicionais e na aceitação ou rejeição dos meios digitais de informação e comunicação. Em alguns casos, intelectuais, dirigentes e organizações indígenas têm visto nas TICs uma valiosa oportunidade para irem além do nível local e atingirem presença regional, nacional e internacional. Em forma rápida e eficiente, apropriaram-se da tecnologia digital, na qual reconhecem potencialidades para fortalecerem seus processos político-organizativos, de comunicação, revitalização lingüística e cultural. Paralelamente, outros setores indígenas erguem vozes que denunciam as TICs como uma nova forma de ingerência da sociedade nacional, que procura somar as comunidades ao consumo informático pautado por interesses alienígenas.

Para potenciar a inclusão indígena na sociedade da informação, é preciso avançar na definição de propostas de inovação e políticas sociais de caráter reparador ou complementar, que fortaleçam as tentativas indígenas de superar o desafio da marginalização informática. As estratégias neste campo surgem nos povos originários que atingiram maiores níveis de coesão comunitária e de representação, direta e legítima, em organizações de segundo e terceiro grau. A sociedade política e a sociedade civil não-indígena, em alguns casos, começam a apoiar estes processos, geralmente de nível local. Contudo, em matéria de políticas públicas, não foi atingido o consenso necessário para se atuar em forma integral e coordenada, tentando reunir os esforços governamentais, da comunidade internacional e das parcerias da sociedade civil, a fim de impulsionar a denominada “oportunidade digital”.

Esta **Oficina Virtual sobre Inclusão Indígena nas TICs** é um espaço propício para aprofundar o debate conceitual e contribuir para a elaboração de um marco para a ação que facilite o acesso indígena às TICs, enquanto veículo de transformação social. A Oficina Virtual é uma janela aberta que soma propostas para uma ação integrada desde a maior diversidade de critérios, experiências e perspectivas culturais.

1 Funcionárias da Divisão de População (CELADE, Centro Latino-americano e Caribenh de Demografia) da CEPAL, Nações Unidas..

Desafios	Oportunidades	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> * Preconceitos culturais das agências de governo, ONGs e amplos setores das sociedades nacionais. * Altos níveis de desconfiança dentro das comunidades indígenas com relação ao possível impacto perturbador das TICs nas pautas culturais e sociais. * Desfasagem da concepção cultural de tempo e espaço entre a sociedade indígena e a sociedade global. * Baixos níveis de alfabetismo e de alfabetização informática indígena. * Processos intra-comunitários que dificultam a apropriação das TICs. * Altos índices de desemprego; base econômica indígena fraca. * Velocidade nas mudanças tecnológicas, que dificultam os processos de tomada de decisão comunitária. * Elevados custos da infraestrutura tecnológica, associados ao isolamento geográfico e à carência de serviços de infraestrutura básica. * Altos níveis de obsolescência tecnológica. * Ausência de marcos legais que facilitem o acesso a linhas de crédito e/ou financiamento de programas tecnológicos. * Expansão das TICs orientada segundo a lógica de mercado. * Concentração da produção de hardware e software num pequeno núcleo de países industrializados. * Predomínio da língua inglesa no campo tecnológico. 	<ul style="list-style-type: none"> * Experiência histórica dos povos indígenas na apropriação, com êxito, de bens culturais da sociedade global. * Ascensão do movimento étnico em nível continental. * Presença de novo tipo de lideranças. * Surgimento de organizações de segundo e terceiro grau. * Maior reconhecimento da sociedade global do rol desempenhado pelos povos indígenas na sustentabilidade do desenvolvimento. * Aumento da sensibilidade social internacional para com a situação e as demandas indígenas. * Experiências de auto-gestão econômica, política, cultural e informática indígena. * Crescente aumento do nível educativo da população, particularmente entre os migrantes, que gera a presença de um número significativo de profissionais indígenas. * Maior abertura à incorporação do enfoque de equidade de gênero. * Experiência social acumulada a partir da apropriação efetiva das TICs pelas pessoas e organizações que gestionam estratégias comunicacionais e informáticas em forma autônoma. * Capacidade instalada em recursos técnicos e humanos. * Experiências realizadas de inclusão eletrônica por meio do modelo de acesso compartilhado (telecentros). * Aumento do capital social das comunidades. * Aumento da incorporação tecnológica para alfabetização informática na educação básica. 	<ul style="list-style-type: none"> * Diminuição dos níveis de preconceito e discriminação nas sociedades nacionais, por meio de ações comunicacionais específicas. * Promoção de atitudes favoráveis às TICs na população e nos dirigentes indígenas. * Implementação de programas específicos de acesso (de curto, médio e longo prazos), projetados partindo de diagnósticos integrais realizados com a participação ativa das comunidades indígenas e respeitosos de suas estruturas sociais, culturais e econômicas. * Articulação com programas econômicos, sociais e culturais de longo prazo que contemplem investimento estratégico para prestação de serviços básicos (eletricidade, telefonia, educação) e promovam a organização autônoma dos povos indígenas. * Regulação jurídica da participação do setor privado em tais programas e apoio do setor público quando o mercado e sua dinâmica particular não puderem contribuir com soluções efetivas para combater a desigualdade social. * Implementação de programas de longo prazo que permitam a exploração intra-comunitária para decidir de que forma as TICs serão incorporadas, aceitando a premissa de que as comunidades indígenas podem decidir não utilizá-las da mesma maneira que outros grupos das sociedades nacionais.

Programa específico de acesso indígena às TICs

Sublinhando que o *design* do programa surgirá de diagnósticos integrais realizados com a participação ativa dos povos originários, esboçamos a seguir alguns dos pontos centrais a serem contemplados por um *Programa de acesso indígena às TICs*, vinculado com as demandas das comunidades (direitos civis e humanos, governo municipal eletrônico, resguardo do meio-ambiente, produção, educação autonômica bilingüe e intercultural, saúde integral, etc.) e coordenado, nos níveis local e descentralizado, com as políticas de desenvolvimento econômico, infra-estrutura básica (eletricidade, telefonia, rede viária, etc.) e de promoção da organização autônoma dos povos indígenas:

- Incorporação das condições mínimas de infra-estrutura básica nas áreas rurais mais postergadas e melhoramento da existente em toda a área de assentamento indígena, de forma a facilitar o acesso de uma massa crítica de novos usuários em número que pode chegar a ser significativo para as cifras nacionais, sobretudo em países como a Guatemala, o Equador, a Bolívia e o Peru.
- Diminuição do analfabetismo e incremento do nível educativo da população originária em seu conjunto, e particularmente das mulheres.
- Promoção de atitudes favoráveis à incorporação das TICs, tanto entre os dirigentes quanto no conjunto da população.
- Ênfase nas transformações na educação básica de meninas e meninos: incorporação de programas de educação bilingüe e intercultural (com presença de agentes, modalidades de transmissão do conhecimento e conteúdos culturais próprios) e, particularmente, impulso ao trânsito, a partir do paradigma pedagógico tradicional, para as propostas da pedagogia crítica, a fim de promover na população infantil comportamentos proativos/positivos e o desenvolvimento de marcos cognitivos conducentes ao usufruto da racionalidade e potencialidade das TICs.
- Impulso da modalidade de acesso compartilhado às TICs por meio de telecentros em áreas rurais e peri-urbanas.
- Reconhecimento oficial, normalização e divulgação da escrita das línguas indígenas, a fim de abrir espaços informáticos interculturais onde as manifestações de cada povo encontrem expressão em seu próprio código lingüístico, propiciando a produção de um âmbito de aplicação não tradicional para tais línguas.
- Identificação e capacitação de organizações indígenas de base, rurais e urbanas, que se encontrem em condições de auto-gestionar empreendimentos comunitários de inclusão informática.
- Auto-identificação de práticas locais que se potenciem com o uso das TICs e, ao mesmo tempo, promovam sua incorporação.
- Estímulo da autogestão no manejo das novas tecnologias e na produção de conteúdos; fomento do processo de apropriação e capacitação dos usuários indígenas.
- Habilitação de instâncias de controle social, local e comunitário, que garantam a efetividade dos mecanismos de coordenação, controlem a administração dos recursos informáticos e supervisionem sua distribuição equitativa entre a comunidade.
- Abertura de fontes de trabalho com base nos novos recursos e habilidades disponíveis nas comunidades.
- Desenvolvimento de linhas de pesquisa a respeito das formas de apropriação, acesso, modalidades de uso, objetivos e projeção da participação atual na sociedade informática dos grupos e indivíduos indígenas, focalizando os estudos em profundidade de casos paradigmáticos e representativos. O *design* de tais pesquisas participativas orientará a

exploração intra-comunitária para decidir a forma em que as TIC's serão incorporadas, a partir da premissa de que as comunidades indígenas possam decidir utilizá-las de maneira diferente que outros grupos dentro das sociedades nacionais.

A. Fenda digital, o novo nome da exclusão

A presença da sociedade informática está produzindo uma transformação crucial na maneira em que as pessoas se informam, se comunicam e se organizam perante os desafios da globalização. Um cenário de múltiplos alcances se abre perante aquelas sociedades que requerem de ferramentas apropriadas para potenciarem seus processos de inclusão na modernidade². Para a América Latina e o Caribe, região com profundos desequilíbrios econômicos e sociais, a transição para o emergente paradigma da sociedade da informação pode significar uma chance inédita de explorar novos rumos orientados para um desenvolvimento com equidade, que inclua o conjunto de sua cidadania.

No limiar do novo século, o ajuste econômico e a globalização da economia produzem profundas reestruturações tecnológicas, políticas e sócio-culturais que acrescentam as diferenças entre as sub-regiões e marginam amplos setores da população. No longo prazo, o desenvolvimento desigual em termos mundiais abre novas dimensões que agudizam a pobreza e a exclusão no interior de cada organização social. Em tal sentido, a fenda digital internacional se vincula, diretamente, com as condições sócio-econômicas pré-existentes na América Latina³; por sua vez, a fenda digital interna incrementa, em cada um dos países, o somatório de exclusões que os grupos mais desfavorecidos sofrem dentro de cada âmbito nacional⁴, dentre os quais os povos indígenas conformam um dos setores mais postergados.

Em se considerando que a fenda digital “não deve ser medida unicamente pela possibilidade de se utilizar tecnologias de comunicações de ponta, mas, também, em termos de capacidade de processamento de informação e da habilidade para criar redes de benefício mútuo que possam coadjuvar a melhorar o nível de vida” (CV Mística, 2002), é possível dimensionar o abismo que separa as populações originárias do logro de uma apropriação tecnológica efetiva capaz de dinamizar uma agenda de desenvolvimento com equidade.

Da perspectiva da diversidade etno-cultural, a Região conta com mais de quatrocentos povos indígenas que admitem diferenças étnicas entre si e exprimem um amplo leque de manifestações culturais; a multiétnicidade e a pluriculturalidade são características relevantes em muitos dos países. Alguns destes povos originários são de escassa significação numérica; muitos outros, entretanto, superam o quarto de milhão e, em alguns casos, constituem o grupo majoritário nacional⁵. A população indígena do continente está estimada em cerca de 50 milhões de indivíduos, a maioria dos quais sofre discriminação por pertencer a um determinado grupo étnico-cultural e sobrevive em condições de marginalidade que mostram profundos contrastes entre o mundo moderno e as postergadas áreas de seu assentamento⁶.

2 “A sociedade da informação deve estar orientada a salvar as diferenças sócio-econômicas que existem em nossas sociedades, zelar por que a globalização se transforme em uma força positiva para todos os povos do mundo e contribuir para reduzir a disparidade entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos”. Declaração de Bávaro, Conferência Ministerial Regional Preparatória da América Latina e o Caribe para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (janeiro de 2003).

3 “Há uma relação direta entre a receita e o acesso à Internet, e os países com menores níveis de receita tendem a mostrar taxas de penetração inferiores”. Hilbert e Katz (2002).

4 “A CEPAL estima que a fenda digital doméstica nos países da América Latina e o Caribe é ainda mais séria do que a fenda internacional”. Hilbert y Katz (2002).

5 *Investigación Sociocultural en Población: Criterios estratégicos para América Latina y el Caribe*, em *Serie Población y Desarrollo*, Documento 1, EAT-FNUAP-ALC, Santiago, Chile, 1994.

6 Na Guatemala, no México, na Bolívia e no Peru, a percentagem de população indígena que vive em condições de pobreza supera 60% (Peyser e Chackiel, 1994; Hernández, 1994; Psacharopoulos e Patrinos, 1994). Mesmo em países como o Chile, a Enquete de Caracterização Sócio-Econômica Nacional (CASEN) de 1996, mostrava que, enquanto a pobreza atingia a população indígena em 35,6%, só 22,7% da população não-indígena vivia em tais condições. Isto é: nesse ano, a fenda era de mais de 12 pontos percentuais (Valenzuela, 2002: 8). Bem assim, segundo o Censo Nacional de População de 1992, entre a população rural pobre da Região da Araucania que apresenta necessidades básicas insatisfeitas (NBI), 51% se auto-identificaram como *mapuche* (Martínez, 1998).

À América Latina e o Caribe é uma das regiões que não consolidaram, ainda, os suficientes espaços sociais de debate, esclarecimento, crítica ou reivindicação etno-cultural que permitam reconhecer a raiz conflitiva que as relações interétnicas e interculturais sustentam. Estes âmbitos poderiam desvelar e inclusive abrir caminhos para a superação dos conflitos, desde que se desista de apelar para os supostos benefícios do esquecimento, a negação ou a proliferação de meras verbalizações de tolerância, sempre úteis, porém não suficientes⁷.

Os estados latino-americanos, apoiados em valiosos depoimentos dos últimos fóruns mundiais, reconhecem juridicamente a igualdade de direitos para todos e cada um de seus membros, explicitam, e enfatizam, até, que esta igualdade atinge os integrantes das etnias discriminadas historicamente. Contudo, as sociedades de fato, seus governos e sua civilidade, no exercício de suas práticas quotidianas e suas condutas rotineiras, propiciam um tratamento desigual para os integrantes das culturas originárias⁸.

As contradições entre a sociedade “legal” e a sociedade “real”, são próprias da constituição dos estados modernos. Na medida em que a marginalização sócio-econômica e política dos povos indígenas da Região subsista, a legislação vigente em matéria de integração igualitária não será mais do que um dos tantos elementos emergentes dessas contradições. De um lado, a igualdade de direito perante a desigualdade de fato fortalece o preconceito velado no seio da sociedade; e, de outro, costuma tolher e desmobilizar os grupos diretamente atingidos⁹.

A exclusão econômica dos indígenas¹⁰ se baseia em *preconceitos gerais*, que todas as camadas pauperizadas do campo e da cidade sofrem; mas, por pertencerem a povos que ostentam culturas diferentes, por responderem a uma história diferente, são prejudicados com um outro tipo de marginalização: *intolerância e discriminações específicas*, baseadas, exclusivamente, em sua distinção étnica e cultural¹¹.

A permanente divulgação social de um imaginário desqualificador daquele que é “diferente” impregna todos os setores das sociedades nacionais: os indígenas não são apenas discriminados pelos grupos mais beneficiados, o que poderia ser atribuído a uma herança ideológica colonial, mas, também, pelos membros não-indígenas de seu próprio setor social, quer porque o cidadão pobre não-indígena encontra e prefere encontrar sua identificação cultural no comportamento das camadas hegemônicas e privilegiadas, quer porque o desprezo pelo “outro” desqualificado torna tal exercício um resseguro da existência de um grupo “inferior” na escala social, que lhe permite obter benefícios secundários em possíveis alianças políticas e oportunidades de acesso a uma maior participação social.

7 A discriminação étnica e cultural é um fenômeno social produzido pelo etnocentrismo que, historicamente, manifestou sua potencialidade como ativador de condutas xenofóbicas, preconceituosas e desqualificadoras do “outro” (estrangeiro, alheio, diferente). Paradoxalmente, garantir o reconhecimento desse “outro”, é imprescindível para a consolidação das identidades em todo modelo autêntico de democracia.

8 Em múltiplas práticas sociais se evidencia o racismo, a discriminação étnica e cultural e suas formas conexas de intolerância que perduram e se agudizam na América Latina e o Caribe. Trata-se de fenômenos que partem de condutas etnocêntricas enraizadas, aprofundadas e “acriouladas” como justificação histórica do genocídio da Conquista; posteriormente, expandem-se durante a Colônia e a República e atualmente subsistem como necessidade de legitimar a marginalização econômica, social e cultural dos povos indígenas.

9 Alguns dos antecedentes de nossa história explicam parcialmente a origem dessas contradições atuais. Nos inícios do Século XIX, enquanto o poder dos novos estados latino-americanos se consolidava, diversas disposições legais transformaram em cidadãos “com igualdade de direitos” os indígenas de nossa América. De tal forma, explicitava-se a vontade de integrar em “igualdade de condições” pueblos “desiguais”, equiparando, formalmente, entidades étnicas diferenciadas e antagônicas. Enquanto as sociedades nacionais davam prova de seus avançados ideais de igualdade e democracia herdados da Revolução Francesa, ao mesmo tempo, imobilizavam o indígena qualificando como “injustificado” todo ato de protesto ou de justa rebeldia. Um exemplo esclarecedor é a controvertida e inequívoca atribuição de solo comunitário, problema ainda não resolvido. As legislações de corte liberal na maioria dos casos negaram o acesso aos regimes coletivos de propriedade da terra, despojando os indígenas de sua tradicional organização produtiva e ligando-os ao latifúndio em condições de semi-servidão. Mais tarde, em muitos casos, as reformas agrárias os encurralaram em áreas desérticas ou corroídas pela erosão, condenando-os à improdutividade do minifúndio.

10 Historicamente, para todo povo dominador, o povo dominado foi “bárbaro e herege” posto que precisou degradá-lo para justificar a imposição violenta de seu próprio sistema de vida e defender, dessa maneira, seus interesses econômicos. Assim, embora se comece a discriminar porque se domina, posteriormente se continua dominando porque se discrimina.

11 Como descrevia magistralmente o novelista peruano Eduardo Galindo, em “*Garabombo, el invisible*”: se um camponês pobre (um *quéchua* cusquenho) se apresenta numa repartição pública “mal vestido” e diz que não sabe ler nem escrever, o funcionário apenas percebe os traços objetivos de sua pobreza extrema. Estes traços desaparecem como tais e passam a constituir-se em agravantes de uma condição étnica desvalorizada. Caso ‘seja considerado’ (isto é, se superar sua condição de “invisível” na sala de espera) será tratado em termos vergonhosos como “índio” (“diferente, sujo e ignorante”) e não com a rotineira displicência menor com que se trata um camponês pobre e analfabeto.

Perante este cenário de contradições instaladas e de reativação das desqualificações, devemos admitir que se chegará a resultados escassos na diminuição da marginalização informática dos povos indígenas, se apenas forem levadas a efeito ações junto aos grupos atingidos, sem desenvolver estratégias tendentes a desarticular os mecanismos de exclusão nos mais amplos âmbitos da sociedade em seu conjunto. A construção de uma cidadania moderna, atravessada pelas tensões entre o fortalecimento das identidades étnicas minoritárias e a homogeneidade cultural que os paradigmas de modernidade e globalização na moda propõem, implica assumir o desafio de conciliar as particularidades histórico-culturais de cada povo com a vocação universalista do desenvolvimento e da modernidade.

B. Os povos indígenas perante os desafios do terceiro milênio

Nas últimas décadas, a tecnificação evidenciada em alguns setores da agricultura marginou mais ainda os povos indígenas do circuito da produção. O trânsito da economia minifundista para uma agricultura de alta produtividade e auto-sustentabilidade foi impedido pela escassez de terras, e pelo desemprego técnico e creditício.

A deterioração ambiental se agudizou em muitas áreas geográficas com população indígena cuja sobrevivência se inscreve na defesa dos recursos naturais renováveis. Para a maioria dos povos originários, o território e seus recursos naturais são 'bens de uso', já que se trata do hábitat, do "espaço para a vida" e, de maneira alguma, de "bens de troca", como estabelece a racionalidade empresarial de exploração extensiva. Esta contradição produz novos conflitos¹², maior empobrecimento, incremento das migrações e aumento da vulnerabilidade do setor.

No marco de um modelo econômico que gera situações recessivas recorrentes e restrições do mercado de trabalho, a marginalização indígena recrudescer. Na medida em que a concorrência perante a redução das oportunidades se exacerba, as pressões desiguais sobre o mercado de trabalho se estratificam a partir de discriminações de diversa índole, dando lugar, por exemplo, a que as condutas etnocêntricas dos empregadores privilegiem o fato de se pertencer etnicamente ao grupo social hegemônico, antes do que as qualificações profissionais dos candidatos; como consequência, o valor da receita média da população indígena total, mulheres e homens, é menor do que o da população não-indígena, inclusive em países como o Chile.¹³

O desenvolvimento tecnológico e a incorporação das sociedades nacionais no paradigma da sociedade da informação põe de manifesto a profunda fenda digital doméstica em cada um dos países¹⁴ e, particularmente, o atraso dos povos originários quanto às possibilidades concretas de acesso e apropriação. A marginalização indígena abrupta das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), reforça suas limitações para se incorporar a um mercado de trabalho que as requer em forma crescente, enquanto que para o grosso dos indígenas as TICs formam parte do conjunto de bens da sociedade global que percebem como inacessíveis, destinados a outros setores de maior privilégio social, e perante os quais costumam suportar enorme distância em termos técnicos e, sobretudo, culturais.

12 Vejam-se, só à guisa de exemplo, os conflitos atuais pela extração de hidrocarburetos em comunidades indígenas da Selva Peruana, do Chaco Boliviano e da Província do Neuquén, na Argentina, nos seguintes Sites Web: www.coppip.rcp.net.pe, www.conaie.nativeweb.org, www.xs4all.nl/~rehue, www.cec.uchile.cl/, www.fquezada/indigena2.html, www.fidamerica.cl/seccion_lucy.ukc.ac.uk/Rainforest/indigesp.html

Conflitos semelhantes com empresas florestais em Oriente Boliviano, Selva Panamenha e Araucania Chilena, em: www.cidob.bo.org, www.linux.soc.uu.se/mapuche, www.lasemanajuridica.cl, www.ecosur.mx/altos_lucy.ukc.ac.uk/Sonja/RF/Spapr/spain_c.htm, www.semarnat.gob.mx/qroo/agenda_sectorial, www.reforma.com/internacional

13 Já nos inícios da década de 1990, afirmava-se que os mapuches era diferentes "notavelmente do resto dos povos indígenas da América Latina em sua qualidade de vida, que apresenta indicadores mais favoráveis" (UFRO-INE-FII-PAESMI e CELADE, 1991:4). Uma análise recente da Enquete CASEN do ano 1996 (Valenzuela, 2002 e 1998) mostra marcadas diferenças de salário entre indígenas e não-indígenas: "A receita média para indígenas atingiu \$ 120.665 em 1996, enquanto que a população não-indígena chegou a uma média notavelmente superior de \$ 217.916. Ao observar o caso da agricultura, onde se concentra a maior percentagem da população indígena (38,5%), o valor da receita média da população não-indígena quase que duplica a daqueles, com \$ 128.589 e \$ 66.800, respectivamente. Assim acontece em todos os restantes ramos de atividade (Valenzuela, 2002: 12). As importantes diferenças de salário entre indígenas e não-indígenas, em termos de que num mesmo ofício aqueles recebem salários inferiores, bem como a precariedade do emprego ou a maior tendência a trabalhar sem contrato e, portanto, sem direitos trabalhistas, são todos antecedentes fundamentais para definir a "pobreza étnica", esquema em que poderiam estar operando não apenas diferenças de escolaridade ou qualificação, mas prováveis elementos de discriminação para com aqueles que pertencem à alguma minoria étnica (Valenzuela, 2002:13)."

14 Hilbert e Katz, 2002; *UN ICT Task Force*, 2002; CV Mística, 2002; WEF, 2002; *Digital Opportunity Initiative*, 2001; SocInfo, 2000.

Estes fenômenos recentes, produto do paradigma de globalização econômica, se somam aos processos históricos de marginalização social dos povos indígenas, que se reproduzem, ativam e potencializam perante as novas instâncias de exclusão que o neoliberalismo e seu modelo de globalização estão produzindo em nossa Região. Paralelamente, no plano exclusivamente cultural, a divulgação de uma ideologia-sustento de conceitos macroeconômicos globalizantes, propicia um processo de “homogeneização” que tenta socavar a identidade pluricultural do continente.

Não obstante isso, as causas do recrudescimento da exclusão indígena e sua atual marginalização da sociedade informática não são atribuíveis, exclusivamente, às relações de desigualdade geradas entre o centro e a periferia, entre o “atraso e a modernização”. Além disso, é preciso centrar o nível da análise focalizando a dinâmica interna destas sociedades, suas comunidades e suas lideranças.

Se bem a postergação indígena possa ser assimilada à deterioração sócio-econômica do conjunto das economias campestres e dos setores urbano-marginais, é possível reconhecer certos traços, próprios de sua organização sócio-política e cultural, que agudizam a citada exclusão e dão conta de comportamentos culturais diversos, muitas vezes opostos, que não concernem apenas ao desenvolvimento econômico mas também ao grau de coesão comunitária e à sua vinculação com as novas tecnologias.

A fim de iniciar a definição de estratégias que potencializem a plena participação indígena nos códigos básicos da modernidade, uma maior aproximação da análise ressalta as diferenças internas presentes numa população que, em seu conjunto, sofre uma situação desfavorável no acesso a bens e serviços. Tais diferenciações remetem à consideração de inequidades de longa data (segundo o gênero, estratificação social, geração, etc.) e de novas marginalizações relacionadas com processos populacionais mais recentes, como o aumento da migração por motivos econômicos e os deslocamentos provocados por guerras fronteiriças, conflitos regionais e intracomunitários. O cenário mutante de redefinição dos limites das unidades étnicas estabelece distâncias no nível educacional, na consciência e sentido de pertinência, nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho em atividades não tradicionais e, particularmente, na interação com os meios digitais de informação e comunicação.

Em primeiro lugar, cabe citar as inequidades de gênero que obstaculizam o pleno desenvolvimento da população feminina e afetam a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades. No caso das mulheres, não existe uma relação equilibrada entre a reprodução física e social e seu acesso aos recursos produtivos, educacionais e comunicacionais; desde cedo, manifesta-se uma adjudicação de funções segundo o gênero, sempre em seu prejuízo¹⁵. Só uma percentagem mínima das mulheres em idade ativa consegue inserir-se no mercado de trabalho nos centros povoados e, em média, recebem a metade do salário que recebem os homens¹⁶.

A deserção escolar afeta as mulheres de modo diferenciado, por razões tais como a gravidez prematura, o trabalho doméstico ou outras causas de origem econômica pelas quais se privilegia a educação dos filhos homens, discriminando as meninas quanto ao acesso oportuno e à permanência no sistema educacional¹⁷. As mulheres indígenas sofrem permanentemente episódios de violação de seus direitos¹⁸; contudo, em geral, o problema não é abordado a partir do cenário de dominação múltipla em que se encontram, atendendo a considerações econômico-sociais, étnico-culturais e de gênero¹⁹. A interação destes fatores produz um complexo jogo de atritos

15 Na Guatemala, a situação da mulher atinge níveis ostensíveis de marginalidade: só 51 % das mulheres maiores de 15 anos são alfabetizadas; 27,5 % estão integradas à força de trabalho; 14,4 % são chefes de família e 19,6 % são mães solteiras. O índice global de fecundidade foi sido calculado em 5,4 filhos por mulher durante sua vida reprodutiva (FLACSO, 1993). Entretanto, neste contexto, a situação da mulher indígena é ainda mais grave: só 14 % das mulheres indígenas estão alfabetizadas e o índice de fecundidade é de 6,8 filhos por mulher. Uma alta proporção das mulheres indígenas analfabetas-rurais é monolíngue nativa (Vide: Hernández, 2001). Se bem a língua oficial seja o espanhol, existem 21 idiomas indígenas reconhecidos, o que representa um número igual de comunidades linguísticas. A mulher indígena guatemalteca está sendo fustigada pela crise econômica tanto como foi pela guerra interna. O fenômeno da 'feminização da pobreza' é agudo no país e se visualiza como ainda mais agudizado devido aos atritos interétnicos que o cenário de marcada heterogeneidade social e cultural produz. (Vide Site Web: www.eclac.cl/bialfa).

16 Vide: Rovira, 1998 e COBIDEFRO e outros, 1999.

17 Vide: UNESCO, 1999.

18 Vide: *Women's Committee-SAIIC*, 1995; CMPI, 1996; Rovira, 1998.

19 Só um exemplo: as estatísticas sobre a composição indígena da população do Peru se baseiam na auto-adscrição de falantes de línguas nativas. Segundo o Censo de População de 1993, com base neste indicador, uma quinta parte da população total é indígena. Embora a mortalidade infantil em todo o país, para 1999, tenha sido estimada em 48 por mil, nos departamentos de alta concentração indígena

interétnicos e de subordinação feminina²⁰. Em casos como os das mulheres *Tsotsil* e *Tzeltal* (México), *K'iche*, *Mam* e *Q'anjob'al* (Guatemala), *Quéchuas* e *Aguaruna/Huambisa* (Peru), os efeitos psicológicos da violência sofrida durante os enfrentamentos armados e o isolamento conseguem criar, com marcada regularidade, conflitos importantes, desânimo, depressão e forte deterioração da auto-estima. A este quadro de submissão e desqualificações extremas, soma-se um fenômeno endêmico e generalizado: o analfabetismo²¹.

Por sua vez, o processo de desruralização dos membros mais moços das comunidades costuma incidir negativamente sobre a coesão interna dos grupos indígenas; de fato, o movimento migratório impacta e ameaça a continuidade dos laços solidários baseados nas relações de parentesco e de reciprocidade pautadas por cada cultura. São freqüentes as rivalidades entre “aqueles que foram embora” e “os que ficam” nas comunidades, se bem em ambos os casos não se possa considerar tratar-se propriamente de “opções” individuais, mas de diferentes estratégias de sobrevivência perante uma situação de pauperização compartilhada. Num contexto desfavorável para a sobrevivência econômica familiar, na medida em que ela se baseia, exclusivamente, na produção agropecuária, a *terra*, símbolo-sustento da *identidade*, se liga a cada jovem que assume o mandato de seus antepassados e continua trabalhando a parcela de seus pais e avós. Entretanto, nem todos são escolhidos para manterem o “espaço para a vida”, essa faixa de terra que dá sentido de pertinência étnica y à qual, periodicamente, voltam também os emigrados para mitigar seu desarraigamento involuntário. O regime de posse da terra -o minifúndio e suas subdivisões- é uma das principais causas que provocam um constante processo de expulsão de povoadores, que, por sua vez, está incrementando a presença e visibilidade indígena na periferia das grandes cidades.

Nas novas localizações, os migrantes se encontram em interação permanente com a sociedade não-indígena, situação que recrudescer o fenômeno de discriminação e a desigualdade de oportunidades para os indígenas recém incorporados ao meio. Apesar de sofrer as conseqüências do estigma de sua indianidade, para a maioria deles e, com certeza, para as novas gerações nascidas na cidade, a residência urbana traz algumas vantagens comparativas, como a aquisição ou incremento do domínio de uma segunda língua, o castelhano, a possibilidade de cursar estudos de diversos níveis, a inserção em atividades de trabalho que requerem de uma maior qualificação, o estímulo a diversas formas de consumo através do contato cotidiano com a oferta cultural das cidades, com a mídia e com as novas tecnologias informáticas, etc..

Alguns dos jovens de origem campestre que na cidade tiveram acesso a oportunidades de trabalho, capacitação, experiências políticas e sindicais, estão transformando-se nas novas gerações de dirigentes indígenas; neles encontram expressão as condutas e os valores de uma cultura onde convivem traços de uma cosmovisão autóctone com um imaginário social modernizante que amiúde se expressa em propostas de auto-gestão a partir de processos de recuperação da etnicidade. Os conflitos entre as antigas e as novas lideranças não são poucos e se constituem numa escisão comparável àquela que, durante décadas e em forma exógena, os partidos políticos ou as igrejas e seitas religiosas causaram nas comunidades.

(Huancavelica, Cusco e Puno/línguas *quéchua* e *aimara*), foi de 87.3, 74.2 e 72.1, respectivamente. Em termos comparativos, pode observar-se que em Lima foi de 19.4, e na Província Constitucional do Callao de 16.3 por mil. Bem assim, em 1994 a mortalidade infantil em mães analfabetas foi estimada em 102 por mil, enquanto que em mães com educação superior era de 21 por mil nascidos vivos. A mortalidade materna se manifesta, ainda, de maneira diferenciada por áreas e regiões: de 408 por 100 mil nas áreas rurais para 203 por 100 mil nas áreas urbanas, ocupando o aborto a terceira causa direta dessa mortalidade (COBIDEFRO, 1999). Quanto aos departamentos de *Amazonas*, *Loreto* e *Cajamarca* (línguas *aguaruna*, *guambisa* e *shuar*), a média é superior a 80 por mil nascidos vivos. A mortalidade materna atinge a cifra de 480 por 100 mil nessas áreas. O analfabetismo é majoritariamente feminino (para 1994 o analfabetismo entre as mulheres superava 60% enquanto que entre os homens era inferior a 30%). As mulheres são iletradas numa proporção muito alta, sendo estimado que na província de *Condorcanqui* (*Amazonas*) atinge a cifra de 4.000; na de *Alto Amazonas* (*Loreto*) são cerca de 22.000 e em *San Ignacio* (*Cajamarca*) chegam a mais de 19.000, sempre em números absolutos. Nestes departamentos fronteiriços com o Equador, as condições de pobreza afetam 53% da população e as de pobreza extrema, 22%. Os índices de desnutrição oscilam entre 60% e 75%. O maior número de habitantes nestas condições se encontra nas áreas rurais onde os indicadores de baixa receita, insuficiência de serviços, moradia inadequada e inassistência escolar encontram as cifras mais elevadas, associados a altos índices de fecundidade e de mortalidade materna e infantil (MINISTÉRIO, 1998).

20 Esta situação se associa com os sensíveis danos que registra a saúde integral (doenças endêmicas e relacionadas com a pobreza) e a saúde reprodutiva: morbimortalidade materno-infantil, gravidez precoce e/ou não-desejada, violência sexual e rápida propagação de doenças de transmissão sexual, especialmente o VIH-SIDA. Vide: Hernández, 1997 e 1998.

21 Vide Site Web: www.eclac.cl/bialfa

Em alguns casos, intelectuais, dirigentes e organizações indígenas têm visto nas TICs uma valiosa chance de irem além do nível local e atingirem uma presença regional, nacional e internacional. Em forma rápida e eficiente, têm-se apropriado da tecnologia digital, na qual reconhecem potencialidades para fortalecerem seus processos político-organizativos, de comunicação, revitalização lingüística e cultural, etc.. O caso mais conhecido e relevante é o do Movimento Zapatista (EZLN) em Chiapas, no México, mas existem muitas experiências que, de outros ângulos e com diversos interesses, manifestam capacidade para se relacionar com as TICs e avançar em seu uso auto-gestivo. Paralelamente, outros setores indígenas levantam vozes que denunciam as novas tecnologias como uma forma de ingerência da sociedade nacional, que procura somar as comunidades ao consumo informático pautado com base em interesses alienígenas.

A existência das citadas tensões internas constitui um aspecto crítico para o processo de inclusão indígena na sociedade da informação e mostra a importância de considerar o papel que possa desempenhar a liderança, cuja influência sobre as possibilidades de acesso do grosso da população dependerá da postura ideológica que os dirigentes sustentem a respeito da incorporação das TICs enquanto bens culturais produzidos pela sociedade global. Tais posicionamentos diferenciados se relacionam com o impacto que, no longo prazo, apresentam as múltiplas e inacabadas tentativas de incorporação equitativa à sociedade envolvente; em outros, é atribuível a uma consciente vontade política que se nega a uma maior participação devido ao temor de perder as particularidades étnicas e culturais, já que não reconhece que a integração social não é incompatível com a autonomia; por outra parte, estas particulares expressões de resistência étnica em geral contribuem para invisibilizar a presença de oportunidades propícias para que os próprios atores indígenas consigam orientar o processo de modernização, articulando-o com as características identitárias de cada povo originário.

C. Algumas experiências de participação indígena na sociedade informática

Até o presente, não foi realizado um relevamento exaustivo dos níveis e vias de acesso, usos e finalidades dos indígenas que incorporaram as TICs a seus hábitos cotidianos. Os registros censais não oferecem desagregação por origem étnica dos usuários, e naqueles em que tal variável foi recentemente incluída, como no caso do Chile, a informação ainda está em processo de elaboração e seus resultados serão conhecidos em maio de 2003.

Em alguns países, como o México, o Ecuador ou o Peru, foi-se incrementando o número de indígenas que cursaram estudos de nível médio ou terciário, ou que, por sua participação em processos sociais e políticos, se encontram em condições de auto-gestionar estratégias comunicativas e de informação. Sem dúvida, a presença, tanto dos indivíduos quanto das organizações, nas redes informáticas, além de democratizar o acesso às TICs, contribui para modificar a imagem estigmatizada do indígena que o preconceito étnico instalou no imaginário coletivo e promove a diversidade de discursos num espaço global hegemônico. Todavia, em termos de participação mais ampla do conjunto da população, são contados os casos em que se estejam projetando ou implementando programas-piloto de acesso à Internet através da construção de centros comunitários de informática, segundo o modelo de acesso compartilhado. A perspectiva da CEPAL outorga uma maior importância social a tais propostas, comunitárias ou privadas, que à ampliação da propriedade individual dos meios²², devido à sua maior capacidade de inclusão dos setores marginados das novas tecnologias (vide quadro).

Os avanços mais significativos nesse terreno se encontram no extremo norte da América Latina. No México, o Instituto Tecnológico de Monterrey colocou em andamento, no ano 2002, a

22 “No conjunto da região, uma das soluções mais habituais para enfrentar a fenda digital é o modelo de acesso compartilhado. Este tipo de iniciativas não ajuda apenas a superar a barreira do acesso, mas também tem efeitos positivos em termos de capacitação e de apoio aos usuários. ... O Peru é o líder mundial em melhores práticas de acesso público à Internet. Entretanto, tal divulgação se deve à iniciativa privada, criadora de seus locutórios públicos de Internet. ... O número crescente de pessoas que compartilham uma conta de acesso confirma as tendências encontradas em todos os países em desenvolvimento, sobretudo aqueles que sofrem problemas econômicos. Por exemplo, durante os dois últimos anos de crescimento reduzido na Venezuela, o número de usuários da Internet se duplicou amplamente”. (CEPAL, 2003).

paulatina instalação de 500 telecentros em comunidades pertencentes a vários grupos lingüísticos do país; em primeira instância, estes centros foram destinados à alfabetização em castelhano por meio da aquisição da leitura e da escrita com métodos de aprendizado por computador. Contudo, é relativa a articulação entre o aprendizado individual e as instâncias coletivas de capacitação, próprias das formas comunitárias de transmissão de conhecimentos.

São conhecidas algumas tentativas sul-americanas, na Colômbia, onde o projeto Inforcauca, promovido pelo Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e pela Universidade Autônoma do Ocidente (UAO-Cali) com o apoio financeiro do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (CIID) do Canadá e da Fundação Rockefeller, pôs em funcionamento três telecentros comunitários para facilitar o acesso da população a informação sobre economia e manejo sustentável dos recursos naturais. No Chile, a Rede de Informação Comunitária do Instituto de Informática Educativa da Universidade de *La Frontera*, Temuco (IX Região de *La Araucanía*) facilita o acesso de pessoas e organizações da região. Seu portal, em mapudungun, espanhol e inglês, vincula 21 comunidades onde funcionam telecentros, propondo-se como vínculo entre o espaço local e o universal. Na área norte-oriental da fronteira entre o Equador e a Colômbia, as comunidades *a'io cofán*, *siona* e *secoya*, integrantes da Frente de Defesa da Amazônia, participam do projeto de Redes Comunitárias, que sustenta três telecentros por meio de promotores comunitários capacitados.

O Projeto Regional de Bi-alfabetização sobre Temas de População (BI-ALFA- CELADE/CEPAL), oferece um modelo de integralidade temática e interinstitucionalidade, validado em várias comunidades lingüísticas de sete países²³. Trata-se da conjunção de duas metodologias (*computing technology literacy and basic bilingual literacy*) para homens e, especialmente, mulheres, em diferentes contextos culturais e comunitários (urbanos marginais e rurais), com base na oportunidade de aprender a ler e escrever na língua nativa e em castelhano. O método BI-ALFA combina a apropriação individual das novas tecnologias com instâncias coletivas de capacitação e participação que respeitam a oralidade na aquisição do saber. O desafio perante a marginalização informática consiste no *design* de estratégias pedagógicas que contemplem o aprendizado computarizado, a fim de atingir o mesmo objetivo que com a leitura e escrita manuscrita: a "internalização" de conceitos referidos à organização comunitária, a auto-afirmação etnocultural, o auto-cuidado da saúde familiar e o melhoramento produtivo, focalizado a partir da equidade de gênero. Por sua vez, a experiência de *computing technology literacy* permite um acesso inclusivo na sociedade global do conhecimento e a participação, sem prejudicar a identidade e a cultura dos povos indígenas. A experiência de trabalho nos Centros Comunitários significou um sensível aumento do "capital social" das populações, o conhecimento de novas tecnologias informáticas e comunicacionais (por meio do processo de *feed-back* de imagens, bem como da lenta introdução de computadores para o pessoal técnico local) e, por sua vez, o fortalecimento das organizações de tradição comunitária, especialmente as de mulheres. BI-ALFA se utiliza das TICs num meio absolutamente marginado de qualquer desenvolvimento tecnológico, no qual não se dispõe, em muitos casos, de um serviço tão básico no mundo atual como o da energia elétrica. Entretanto, a possibilidade de utilizar geradores para alimentar os equipamentos de vídeo, permite a projeção de imagens de registro, onde os adolescentes e jovens indígenas de ambos os sexos vêm a si próprios, não apenas aprendendo a ler e a escrever, mas também adquirindo conhecimentos sobre o cuidado da saúde ou sobre as técnicas agroecológicas. As projeções são sucessivas, de maneira que o próprio educando se percebe melhorando seu aprendizado, mudando e crescendo, gerando assim uma mais ampla compreensão a respeito do relacionamento com o par, com a comunidade e com o mundo em que vive. Bem assim, a disponibilidade de divulgar os vídeos via Internet contribui para posicionar a temática indígena na rede, além de facilitar o acesso, inclusive no caso de usuários analfabetos e/ou monolíngües.

A partir de uma primeira tentativa de sistematização, que exige maior acompanhamento e profundidade, é possível elaborar algumas categorizações que esboçam as modalidades que a presença dos povos originários nas redes informáticas tem adquirido. Esta aproximação preliminar se acompanha de alguns exemplos ilustrativos, sem que isto implique circunscrevê-los somente a determinada linha de ação, temática preponderante ou nota distintiva selecionada, já que vários dos sites podem ser incluídos em várias categorias ao mesmo tempo.

a. Segundo a origem étnica de seus criadores:

1. *Elaborados por não-indígenas*; em geral intelectuais, fundações, instituições acadêmicas, organismos governamentais, associações de profissionais da área das ciências sociais e ONGs. A ênfase está posta na divulgação de aspectos históricos, sociais, políticos, lingüísticos, ecológicos, etno-conhecimentos e técnicas, legislação, denúncias de ações

23 México, Guatemala, Peru, Bolívia, Paraguai, Chile, Argentina (Vide: www.eclac.cl/bialfa).

que atentam contra territórios, organizações, pessoas, direitos humanos e culturais, etc. Por exemplo, o Departamento de Linguística da Universidade de Stanford, USA www.linguistics.stanford.edu; a Fundação Desde América, Argentina www.desdeamerica.org.ar; a Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena (CONADI/Chile) integrada por vários ministérios de governo, www.conadi.cl, que incorpora páginas sobre divulgação de políticas institucionais destinadas às etnias originárias reconhecidas no país, e desenvolve uma área de recursos didáticos com informação geral, temas específicos e uma galeria de fotografias. Em alguns casos, dentro de uma temática mais ampla, são incluídos artigos dedicados à situação específica dos povos indígenas como em Ambiente e Sociedade www.ecoport.net; no Peru, a Rede Científica Peruana (*Infoductos y Telecomunicaciones SA*) mantém um site www.yachay.com.pe, que, entre outras propostas, divulga o primeiro curso eletrônico de língua quéchua elaborado por um especialista indígena do Cuzco.

2. *Produzidos por indígenas*; é o caso dos sites web elaborados por organizações de base locais, ONGs e associações que coordenam as atividades de diversas organizações étnicas nos âmbitos regional, nacional e internacional. Seu objetivo é colocar na web a presença e os pontos de vista das organizações indígenas a respeito de temas de interesse para as comunidades: globalização, economia, política indígena, relações com a sociedade nacional e as empresas transnacionais, cosmovisão, história, arte, divulgação das línguas nativas por meio de cursos, dicionários, gramáticas, etc. Dentro do grupo, destaca-se a quantidade de sites web dedicados ao conflito no estado de Chiapas, que chega a mais de cinquenta, incluindo as publicações oficiais e extraoficiais do EZLN. Alguns destes sites colocam-se como âmbitos informáticos abertos, que não reconhecem um único produtor nem direitos autorais, já que sua presença se deve à contribuição coletiva dos interessados em divulgar as posições políticas do movimento.

b. Segundo o nível de representação das instituições:

1. *Sites que expressam uma única organização.* O site de Net Mapu-Chile www.mapuche.cl é produzido por uma agrupação de profissionais mapuche dedicada a divulgar a cultura e a luta pela identidade e autonomia de seu povo.
2. *Sites que representam várias organizações nucleadas sob diversas formas de coordenação interinstitucional em âmbitos regionais e nacionais.* Na Colômbia, a Associação de Cabildos Indígenas, que representa 14 instituições do norte do Cauca, conta com um site, www.inforcauca.org, que propõe a troca de informação útil entre camponeses; por exemplo, sobre as oportunidades de emprego na região. A Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB), www.cidob.org, que representa quatro povos do oriente boliviano, *Guaraní-izoseños*, *Chiquitanos*, *Ayoreos* e *Guarayos*, coloca que seu site seja, além de um espaço organizativo e um fórum de denúncias, uma oportunidade de capacitação no uso das TICs. No mesmo sentido, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), elabora seu site <http://conaie.org> com propostas políticas, educacionais e de organização comunitária; incluem-se links com os sites das organizações nacionais que representam os povos indígenas de outros países americanos. A Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas (ORPI), da Venezuela, dedica seu site às denúncias sobre biopirataria dos recursos naturais em prejuízo do eco-sistema, hábitat dos grupos nativos dessa área.
3. *Sites de associações de nível sub-continental, continental e internacional.* O *Consejo Indio de Sud América* (CISA) [Conselho Índio da América do Sul], abriu um site, www.puebloindio.org/ceacisa.htm, respaldado pelo Comitê Exterior de Apoio ao *Consejo Indio de Sud América* (CEA-CISA), que cumpre a função de divulgar as ações em apoio à reconstrução das nações dos povos índios, a reivindicação de seus direitos e suas raízes históricas, culturais, sociais e políticas. O Centro Internacional de Informação e Documentação dos Povos Indígenas (CIIDPI), é o promotor de www.INKARRI-NET, uma rede prevista como suporte de comunicação, informação e documentação.

c. Segundo a localização geográfica de seus criadores:

1. *Sites de produção regional.* Por exemplo, www.geocities.com/mapucl, da VII Região de Bio Bio-Chile, dedicado a divulgar a história e cultura do povo mapuche.
2. *Sites elaborados fora do sub-continente.* Nos Estados Unidos se produz www.nativeweb.org, que expressa uma organização educacional internacional, sem finalidade de lucro, dedicada ao uso das telecomunicações para divulgar informação de e sobre nações, povos e organizações indígenas, a promover a comunicação entre povos indígenas e não indígenas e a pesquisar e facilitar o uso indígena das TICs.

d. Segundo a origem do financiamento:

1. *Autofinanciados.* Na Universidade de Campinas-Brasil, é produzido www.aymaranet.org, um site em três línguas (aimara, espanhol e inglês), mantido por seu criador, um profissional aimara do Peru e por um grupo de colaboradores voluntários.
2. *Com apoio financeiro.* A página www.encuentroindigena.cl da Coordenadora Nacional Indianista (CONACIN-Organização Multiétnica do Chile) recebe apoio da Divisão de Culturas, Área Culturas Originárias, do Ministério da Educação do Governo do Chile, que a divulga por meio do site www.serindigena.cl, editado em cinco línguas: mapudungun, rapa nui, aimara, espanhol e inglês.

e. Segundo a língua utilizada:

1. *Uma língua.* www.werkenkvrvf/noticiasdelwallmapu, site que divulga informações sobre a situação do povo mapuche da Argentina, ações, depoimentos, organizações e relação com a sociedade nacional. Elaborado em castelhano, quando introduz algumas palavras ou expressões em mapudungun, são acompanhadas pela tradução (saudações, denominação das autoridades originárias).
2. *Duas ou mais línguas.* o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e o Caribe www.fondoindigena.org, oferece em seu site informações sobre fóruns, encontros, organizações indígenas regionais e internacionais, agências de cooperação e oportunidades de trabalho; inclui uma agenda indígena, boletins, documentos, publicações e um bate-pato, serviço de mensagens com tradução simultânea para seis línguas (web multilíngüe), patrocinado pela União Latina da França e pelo Instituto Neotec de La Paz, Bolívia. O site www.quechuanetwork.org, dedicado ao desenvolvimento das telecomunicações na área andina, apresenta quatro idiomas de acesso: quéchua, espanhol, inglês e francês.

f. Segundo os principais interesses ou eixos temáticos:

1. *Política indígena.* O povo mapuche do Chile e da Argentina apresenta numerosos casos de uso das TICs que, se bem divulguem diversas manifestações da cultura originária, põem o acento nas propostas de autonomia e na problemática relativa aos conflitos que mantêm com os respectivos estados nacionais e com as empresas privadas dedicadas à extração de madeira, petróleo, gás e outras explorações desenvolvidas em seus territórios ancestrais; em alguns casos, os sites são autofinanciados por seus membros colaboradores, enquanto que outros funcionam no âmbito de convênios com instituições acadêmicas nacionais e internacionais, por exemplo: o Liceu Latcahuano, do Chile, com o Departamento de Sociologia da Universidade de Upsala, da Suécia; www.conflictomapuche.8k.com www.geocities.com/mapucl/pagina.htm <http://members.aol.com/mapulink-3em-dugun-02.html> <http://linux.soc.uu.se/mapuche/> www.mapuche.cl www.geocities.com/aukawel/ruka/chillka/presentacion.html
2. *Cultura e Educação.* A página Tupak Katari, do site <http://home.swipnet.se/valencia>, está dedicada à divulgação da cosmovisão, história, poesia, simbologia, festividades, etc. do mundo andino.
3. *Ecologia, Desenvolvimento Sustentável.* O site <http://dobboyala.org>, criado por profissionais indígenas do Panamá encarregados de programas de Educação Ambiental e

Desenvolvimento Indígena com base no fortalecimento das estruturas sociais tradicionais e a busca de alternativas econômicas autônomas.

4. *Comércio e atividades micro-empresariais.* O site do Centro para o Desenvolvimento Indígena da Costa Rica (CEDIN) www.cedin.iwarp.com, patrocinado pelo Fundo do Canadá para Iniciativas Locais, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, ocupa-se principalmente de estimular as atividades empresariais baseadas no desenvolvimento sustentável e no protagonismo de pequenos empreendimentos individuais e das organizações locais da região sul do país. Outra aplicação dentro do âmbito micro-empresarial é a dos sites web dedicados ao comércio eletrônico, que oferecem produtos artesanais sem intermediação; alguns exemplos deste tipo de uso da rede se encontram na organização guatemalteca Samajel B'atz e na Fundação de Artistas e Intelectuais Colombianos dos Povos Indígenas.

Esta resenha inicial só tenta dar conta de algumas das diversas práticas de uso indígena das TICs e, em todo o caso, sublinha a importância de aprofundar os estudos destinados a oferecer um panorama mais amplo e preciso das modalidades que sua inclusão tem ido adquirindo, bem como das perspectivas para ampliar a participação dos povos originários na sociedade informática.

D. O trânsito para a inclusão informática: oportunidades e desafios

Ao analisar os desafios que enfrenta a inclusão da população originária no paradigma emergente da sociedade informática, é possível reconhecer aspectos centrais convergentes que incidem em sua marginalização das novas tecnologias, respondendo a racionalidades e processos próprios de dois mundos culturais diversos: a sociedade global e a sociedade indígena.

Já foi assinalado o forte enraizamento dos preconceitos culturais, que adquire particular importância quando sua presença se manifesta em setores-chave para a tomada de decisão dentro das sociedades nacionais. Por outra parte, existem aspectos, relacionados diretamente com o paradigma informático, que influem e potenciam a marginalização indígena. Em primeiro lugar, a mesma modalidade de expansão adquirida pelas TICs revela sua orientação segundo uma lógica de mercado substantivamente diferenciada da cosmovisão que, se bem esteja interferida pelo processo colonizador, ainda outorga sentidos à vida cotidiana de muitos dos povos indígenas da Região. Concomitantemente, a hegemonia da produção tecnológica concentrada num pequeno núcleo de países industrializados e o predomínio do idioma inglês no campo das TICs adicionam barreiras ao processo de inclusão dos povos indígenas.

Os elevados custos de incorporação da infra-estrutura tecnológica nas áreas de população indígena estão associados ao isolamento geográfico das comunidades rurais, à carência de serviços de infra-estrutura básica e/ou às suas deficiências. A ausência de marcos legais reguladores que facilitem oportunidades de financiamento torna-se nítida quando os solicitantes indígenas carecem de títulos de propriedade individual de suas parcelas. Bem assim, os altos níveis de obsolescência tecnológica impõem um ritmo rápido de substituição que está longe das escassas possibilidades de acesso ao crédito de um setor caracterizado por sua graca base econômica, enquanto que a velocidade das mudanças dificulta os processos de tomada de decisão comunitária; porém talvez o aspecto central desta tensão se relacione com a desfasagem existente entre o conceito cultural de tempo-espço da sociedade indígena e o da sociedade global.

No interior da sociedade indígena, além dos citados processos intracomunitários que tornam difícil a inclusão informática (vide nota b), a presença contundente do analfabetismo se impõe como um óbice central que é urgente remover para democratizar o acesso às TICs. Como pontualizam Hilbert e Katz (2002), “a falta de educação pode ser um fator crucial na ampliação da fenda digital. Nos debates sobre o tema, costuma-se obviar que o analfabetismo é uma das barreiras fundamentais para participar da sociedade da informação”²⁴. Contudo, cabe lembrar que

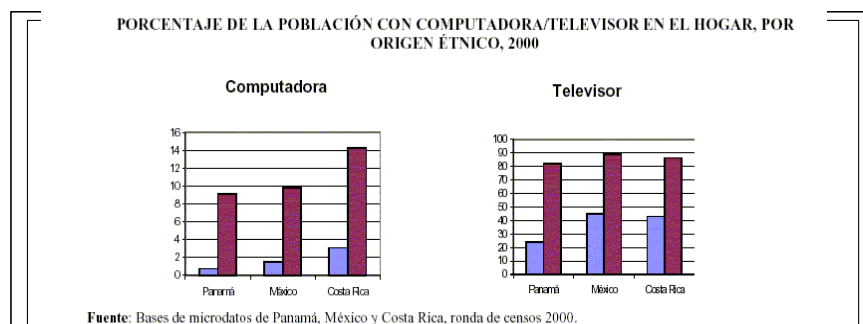
24 “Além de na receita, a fenda digital se reflete em muitas outras características sócio-econômicas, demográficas e geográficas. Uma das correlações mais evidentes é a que ocorre entre o uso das TICs e o nível educacional”. Hilbert e Katz (2002).

a condição analfabeta de uma pessoa convive com múltiplas capacidades, produto de sua experiência de vida, e com o saber transmitido pela tradição oral.

Todavia, mesmo no caso de indígenas que tiveram acesso a níveis educativos adequados, são altas as probabilidades de que tal setor fique, também, excluído da sociedade da informação. O domínio do código escrito pelos potenciais usuários é condição necessária porém não bastante para impelir o processo de apropriação das novas tecnologias, promover a alfabetização informática e a redução de fenda digital. Esta observação põe em relevo a importância atribuída à diminuição da distância cultural e ao incremento da capacidade das TICs para interpelarem o usuário com base na participação dos próprios interessados na produção de conteúdos pertinentes, em termos lingüísticos e culturais, que atinjam uma comunicação efetiva com outros destinatários indígenas, e apoiem o aprofundamento de seus processos organizativos²⁵. O acesso informático orientado desde os interesses e necessidades dos usuários indígenas pode incidir na redução dos níveis de desconfiança das comunidades e de seus dirigentes, no que diz respeito ao possível impacto perturbador das TICs nas pautas culturais e sociais dos povos originários.

Uma análise recente da CEPAL²⁶ reconhece que “a pertença a uma etnia é outro fator da fenda digital latino-americana e caribenha. A probabilidade de ter um computador no lar é cinco vezes maior no conjunto da população não indígena do que nos povos indígenas. A probabilidade de ter um aparelho de televisão é duas vezes mais alta”. As imagens da televisão penetram em quase 70% dos lares latino-americanos, oferecendo uma falsa imagem de democratização e acesso massivo ao consumo; não obstante isto, a universalização da cidadania formal não melhorou a participação social e os sistemas políticos continuam mantendo uma estabilidade precária.

O analfabetismo rural à luz de uma vela contrasta com o acesso aberto e o consumo urbano via Internet. Enquanto se multiplicam as condições de vida infra-humanas, a poucos quilômetros das comunidades indígenas, a riqueza, o consumo e o desenvolvimento tecnológico desbordam a capacidade de organização social solidária e, muitas vezes, de governabilidade de nossas sociedades. A sensibilidade e a capacidade criativa cotidiana dos habitantes das grandes capitais, se verte ou desaparece no uso muitas vezes ineficiente ou descontrolado das telas domésticas de conexão à Internet.



Nota: Ainda não se conhecemo dados de outros censos nacionais desagregados por etnia e que, por sua vez, incluíam perguntas sobre posse e uso das TIC's.

Apesar dos dados desencorajadores que nos mostra a realidade, o cenário de inclusão indígena na conectividade também apresenta oportunidades, impelidas tanto pelo movimento indígena quanto por uma tomada de consciência da comunidade internacional acerca do papel dos povos originários na sustentabilidade do desenvolvimento mundial. Nos últimos dez anos tem sido possível observar que o movimento indígena abriu sua própria via, fazendo caminho ao andar, e multiplicando sua ação e presença nos fóruns internacionais, enquanto aumentou a consideração

25 Bem assim, sublinha-se a importância de focalizar não apenas o conteúdo das mensagens, mas também a imbricação de seus sentidos com o veículo e os destinatários.

26 “Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe”, Conferência Ministerial Regional Preparatória da América Latina e o Caribe para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (2003).

para com suas demandas por grandes setores da sociedade global; estes processos deram lugar ao surgimento de novas reflexões e conceituações sobre o tema.

Desde o início do contato interétnico, os indígenas foram desenvolvendo novas estratégias de sobrevivência, entre as quais, e dependendo do grau de vitalidade da cultura originária, se contam as tendentes à apropriação e ressignificação daqueles bens culturais produzidos pela sociedade hegemônica que possam favorecer os processos organizativos de seus povos. Existem numerosos exemplos históricos, como a apropriação do cavalo ou das táticas militares do colonizador, bem como processos atualmente em curso, que articulam aspectos centrais de sua cosmovisão com conhecimentos provenientes da sociedade global. Tal é o caso da complementação do sistema andino de saúde com as propostas da medicina ocidental ou a adoção das novas tecnologias produtivas, junto com a revalorização dos princípios agro-ecológicos dos povos americanos. Estas práticas, que vinculam e entrecruzam mundos diferentes e concepções amiúde opostas, constituem inegáveis fortalezas interculturais dos indígenas, que facilitam sua interação com o novo paradigma informático.

O processo de ressurgimento étnico por que o sub-continente está atravessando desde a década dos anos 70, multiplica as instâncias de organização comunitária autônoma e impele novos estágios de consciência étnica que superam os velhos mecanismos ocultos de resistência auto-destrutiva. Estas transformações estão mobilizando processos de revitalização da identidade e do sentido de pertinência que muitas vezes influem positivamente atenuando os conflitos internos conjunturais e favorecendo um aumento paulatino da coesão dos grupos indígenas em torno da definição e a colocação em andamento de projetos políticos estratégicos com forte baseamento cultural.

A crescente condição urbana dos indígenas, uma das mudanças mais significativas dos últimos tempos, o acesso à educação formal, a maior participação das mulheres e as práticas de auto-gestão política, cultural, comunicacional e informática, sem dúvida representam oportunidades para a inclusão informática, abertas com base na experiência acumulada e nas lições aprendidas, que já estão mostrando resultados auspiciosos para os atores indígenas (vide averbamento c.). Bem assim, a capacidade instalada em recursos humanos e técnicos, que emerge do processo de apropriação indígena das novas tecnologias, constitui a plataforma básica para multiplicar a participação, facilitar a aproximação de novos usuários das TICs e potenciar a consolidação do capital social existente.

Entre as oportunidades presentes no campo social indígena, contabilizaremos, também, os avanços dentro da educação básica de crianças, onde paulatinamente está sendo incorporada tecnologia nas áreas rurais a fim de promover a alfabetização informática do alunado, processo que, por sua vez, desperta o interesse e a motivação dos adultos para ser aproximarem e participarem das propostas de inclusão.

Espera-se, também, que o constante avanço tecnológico possa contribuir com uma progressiva redução dos custos que facilite a conectividade a preços acessíveis num marco de racionalidade social e econômica; bem assim, a elaboração de novos designs²⁷ gera expectativas sobre o posicionamento efetivo das TICs como uma “ponte” com a oralidade e como veículo transmissor do conhecimento, contribuindo com sua própria potenciação para a diminuição da fenda digital.

Por último, interessa assinalar, muito especialmente, que a presença dos povos indígenas nas redes informáticas representa uma **oportunidade para a sociedade global**, enquanto possibilidade de conhecer melhor as culturas indígenas e de se enriquecer com o aporte da sabedoria de outros povos milenares: cosmovisão, filosofia, espiritualidade, conhecimentos científicos e técnicos, formas de relacionamento social e com a natureza, etc., que podem colaborar no resgate de uma concepção mais integrada daquilo que é humano. Ao mesmo tempo,

27 Tal e como os protótipos com interfaces sem fio a baixo custo e com capacidade de transmissão de banda larga; por exemplo: Simputer e similares.

a divulgação dos valores culturais indígenas propicia a desconstrução da imagem que a informática atualmente transmite, em general referida aos aspectos negativos (extrema pobreza, analfabetismo, desnutrição, etc) ou que põem o acento nas particularidades “pitoresco/folclóricas” originárias.

E. Propostas para a incorporação indígena

Após analisar as tendências sociais e econômicas para a América Latina e o Caribe, fica difícil imaginar, na prática, cenários futuros de desenvolvimento próspero, equitativo, com sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, respeitoso da identidade e da cultura dos povos indígenas. Seguindo o pensamento da CEPAL (2002), “a utilização do processo de digitalização para celebrar a diversidade lingüística e cultural, não implica automaticamente uma integração plena na economia global; do mesmo modo, o uso das TICs para fomentar o crescimento econômico não traz consigo o fortalecimento simultâneo da participação democrática; o gozo dos bens culturais; a arte e o entretenimento não melhoram automaticamente a saúde dos membros da sociedade, e assim sucessivamente”.

Num contexto que estimula a fragmentação social, as propostas em prol da participação democrática na sociedade da informação reclamam estratégias que incentivem o avanço para as formas mais solidárias de relacionamento e redefinam um “nós” de inclusão ampla. Portanto, é preciso visualizar propostas de inovação e políticas sociais de caráter reparador ou complementar às orientações do modelo econômico vigente; opinamos que isto é possível, porque, apesar das claras tendências globais em matéria de homogeneização cultural, estão surgindo, permanentemente e em diversos contextos latino-americanos, tentativas indígenas de superar o desafio. As estratégias neste campo são múltiplas e em sua maioria surgem no seio dos povos que atingiram os maiores níveis de coesão comunitária e de representação, direta e legítima, em organizações de segundo e terceiro grau. A sociedade política e a sociedade civil não-indígenas, em alguns casos começam a apoiar estes processos, geralmente de nível local.

Os governos da Região, os formadores de opinião pública, o sistema político e amplos setores da sociedade civil continuam expressando suas preocupações e a necessidade de combater as conseqüências negativas da exclusão indígena no marco de um *discurso de respeito pela identidade étnica e a idiosincrasia cultural*. Bem assim, a comunidade internacional reconhece que é preciso atuar em forma mais eficiente para reverter a situação de marginalização informática dos povos originários²⁸.

Entretanto, em matéria de políticas públicas, não foi alcançado o consenso necessário para acionar integral e coordenadamente, tentando reunir os esforços governamentais, da comunidade internacional e das associações da sociedade civil, a fim de impulsionar a chamada “oportunidade digital”. Uma longa experiência de trabalho no tema indígena mostra más e boas práticas²⁹ que mostram a necessidade de unificar esforços e coordenar ações para evitar a superposição de recursos, a atomização das intervenções e seus efeitos contraproducentes.

Em tal sentido, esta **Oficina Virtual sobre Inclusão Indígena nas TICs**, conforma um espaço relevante para a discussão construtiva e o intercâmbio entre os participantes, a fim de se avançar na elaboração das bases conceituais de um marco para a ação, que facilite el acesso indígena às TIC enquanto veículo de transformação social. Este documento é proposto como uma reflexão preliminar motivadora do debate da Oficina Virtual enquanto âmbito aberto para somar propostas, estratégias e canais de incidência nos diferentes níveis requeridos para uma ação integrada que, ao mesmo tempo, contemple a mais ampla diversidade de critérios, perspectivas culturais e experiências.

28 “A existência, tanto de ameaças, quanto de oportunidades, na transição para uma sociedade da informação sublinha a necessidade de criar políticas públicas que guiem o processo para o resultado previsto. Este resultado deverá surgir, finalmente, do jogo político de tomada de decisões”. (CEPAL, 2003).

29 Vide: PRAIA, 2002.

Confiarmos em que a soma de contribuições, liderada pelas organizações indígenas ou em coordenação com elas, segundo os diversos contextos nacionais, poderia conduzir à definição de uma série de propósitos articulados numa **Estratégia regional para a diminuição da marginalização informática dos povos indígenas**. A partir das experiências realizadas pela CEPAL com numerosos povos indígenas do continente, acompanhamos alguns aspectos considerados relevantes, sem deixar de pormos o acento nas seguintes considerações: em primeiro lugar, destaca-se a importância da participação dos grupos indígenas no processo de elaboração do marco conceptual-organizativo que modele estratégias e abra caminhos férteis para impulsionar a redução da fenda digital. Em segundo lugar, a estratégia é conceituada inscrita num *design* de políticas públicas de médio e longo prazos, destinado a facilitar o trânsito no sentido da inclusão dos povos originários no processo de digitalização, minimizando os graves riscos que implica, no mundo globalizado, permanecer à margem da sociedade informática³⁰. Por último, longe de se proporem como uma receita uniforme de aplicação universal, as pontualizações que se acompanham apenas pretendem contribuir com o esforço social para desarticular os preconceitos em vigor na sociedade não-indígena e promover ações destinadas a melhorar o nível de vida dos povos originários.

Numa primeira aproximação, a Estratégia Regional é visualizada integrando diferentes áreas de ação e diversas etapas ou fases de temporalidade própria, às vezes simultâneas ou complementares, segundo as características econômicas, políticas e sócio-culturais de cada povo indígena e de cada contexto nacional ou sub-regional :

- a. **Revitalização da identidade étnica e cultural dos povos indígenas:** as sociedades nacionais e suas políticas públicas podem contribuir para este processo, abrindo espaços propícios ao desenvolvimento das organizações étnicas como atores sociais protagonistas de seu próprio desenvolvimento econômico, social, cultural e informático. O processo de ressurgimento étnico é um aspecto-chave para potenciar a capacidade de se apropriar das novas tecnologias, tanto nos indivíduos quanto nas comunidades.
- b. **Definição de uma política comunicacional de grande impacto, destinada à diminuição da discriminação étnica e da fenda digital:** as condutas preconceituosas e as idéias intolerantes se exprimem, diariamente, nos mais amplos meios de comunicação, onde os formadores de opinião recriam protótipos arcaicos de interpretação das relações interculturais e seu decorrer rotineiro. Por isso, esta fase abre um longo e difícil processo de transformação que aponta para o imaginário social valórico da população não-indígena, que só se poderá levar a efeito na medida em que exista, da parte da classe política e da sociedade civil em seu conjunto, um compromisso de pluralismo e a vocação de compartilhar, sem exclusões, os benefícios do acesso à sociedade da informação.
- c. **Revisão dos mecanismos de defesa irrestrita dos valores e condutas dos povos historicamente discriminados:** como é próprio de toda organização social, as comunidades indígenas praticam costumes, crenças e normas de vida que impactam seu cotidiano e que não necessariamente beneficiam sua sobrevivência nem admitem ser reivindicadas pelo simples fato de serem próprios. Será preciso propiciar instâncias múltiplas e permanentes de autocrítica, lideradas pelas organizações e comunidades indígenas, em constante diálogo, negociação ou consenso com a sociedade civil não-indígena, sobretudo, no nível local. O enfoque intercultural e a reflexão livre de preconceitos a respeito das potencialidades das TICs para promover o desenvolvimento local pode coadjuvar na aceitação e no reconhecimento das vantagens de sua incorporação na vida cotidiana da população indígena.
- d. **Auto-affirmação da personalidade étnica e cultural diferenciada dos povos indígenas, num cenário de auto-gestão:** contempla o *design* de novas políticas públicas, nos níveis local e central, que se expressem por meio da implementação de programas sociais, comunicacionais e informáticos específicos gestionados pelos próprios interessados. Estes

30 “Os países que conseguirem ser membros plenos da sociedade mundial da informação terão perante si oportunidades reais e promissoras. Talvez não tenha existido antes, na história, uma ocasião tão tangível como a atual, dada a magnitude da mudança paradigmática que se está enfrentando, do leque de oportunidades e do grau de consciência que os países têm de que poderiam aproveitar esta ocasião para colherem os frutos da mudança. Entretanto, também é possível que não tenha existido, em todo o decurso da história, uma janela ao progresso que esteja a ponto de fechar-se com tanta rapidez, ou que o risco de perder esta oportunidade implique custos tão enormes para as futuras gerações” (CEPAL, 2002).

programas se orientam para a generalização do convívio cultural eqüitativo e com igualdade de oportunidades de participação no paradigma da sociedade informática.

Principais orientações para a implementação da Estratégia Regional

1. Abertura de múltiplos âmbitos de diálogo e debate sobre as modalidades da transição informática, entre as autoridades governamentais (centrais e locais) e as organizações indígenas legitimadas (por via tradicional ou de representação direta). Estes espaços de acordo se basearão no respeito pela organização comunitária e pelas manifestações culturais dos povos indígenas;
2. *Design* de políticas e ações consensuais que respondam a medidas concretas de diminuição do fenômeno social da exclusão informática;
3. Ênfase em dois princípios básicos que orientem o espírito dos programas sociais a serem concebidos e implementados: o princípio de **autodeterminação** como ação de uma comunidade no processo de constituir-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento, e o princípio de **auto-gestão** como instrumento de ingerência e aprendizado de tal ação nos afazeres concretos que a paulatina incorporação da população indígena ao processo de digitalização requer;
4. Elaboração, em forma conjunta com os grupos interessados, de um Programa Específico de **Acesso indígena às novas tecnologias da Informação e comunicação**, vinculado com as demandas das comunidades (direitos civis e humanos, governo municipal eletrônico, resguardo do meio ambiente, produção, educação autônoma bilingüe e intercultural, saúde integral, etc) e coordenado, nos níveis local e descentralizado, com as políticas de desenvolvimento econômico, infra-estrutura básica (eletricidade, telefonia, rede viária, etc.) e promoção da organização autônoma dos povos indígenas. Esta articulação permitirá que nas áreas de população indígena se promovam ações tendentes a equilibrar a atual situação de desvantagem, impulsionar a construção da demanda e o surgimento de iniciativas locais de inclusão informática. Sublinhando que a definição de tais ações será um dos resultados da participação dos povos originários, esboçamos a seguir alguns dos pontos centrais a serem contemplados por um Programa de Acesso Indígena às TICs, cujo *design* final surgirá de diagnósticos integrais realizados com a participação ativa das comunidades indígenas, respeitosos de suas estruturas sociais, culturais e econômicas.

PROGRAMA ESPECÍFICO DE ACESSO INDÍGENA ÀS TICs

- Incorporação das condições mínimas de infra-estrutura básica nas zonas rurais mais postergadas e melhoramento da existente em toda a área de assentamento indígena, de maneira a facilitar o acesso de uma masa crítica de novos usuários em número que pode chegar a ser significativo para as cifras nacionais, sobretudo em países como a Guatemala, o Equador, a Bolívia e o Peru..
- Diminuição do analfabetismo e incremento do nível educativo da população originária em seu conjunto e das mulheres, em particular.
- Promoção de atitudes favoráveis à incorporação das TICs, tanto entre os dirigentes quanto junto ao conjunto da população.

Ênfase nas transformações na educação básica de meninas e meninos: incorporação de programas de educação bilíngüe e intercultural (com presença de agentes, modalidades de transmissão do conhecimento e conteúdos culturais próprios) e, particularmente, impulso no trânsito do paradigma pedagógico tradicional para as propostas da pedagogia crítica, a fim de promover na população infantil comportamentos proativos/positivos e o desenvolvimento de marcos cognitivos conducentes ao usufruto da racionalidade e potencialidade das TICs.

- Impulso da modalidade de acesso compartilhado às TICs através de telecentros em áreas rurais e peri-urbanas.

- Reconhecimento oficial, normalização e divulgação da escrita das línguas indígenas, a fim de abrir espaços informáticos interculturais onde as manifestações de cada povo encontrem expressão em seu próprio código lingüístico, propiciando a produção de um âmbito de aplicação não tradicional para tais línguas.
- Identificação e capacitação de organizações indígenas de base, rurais e urbanas, que estejam em condições de auto-gestionar empreendimentos comunitários de inclusão informática.
- Auto-identificação de práticas locais que se potenciem com o uso das TICs e, ao mesmo tempo, promovam sua incorporação.
- Estímulo da auto-gestão no manejo das novas tecnologias e na produção de conteúdos; fomento do processo de apropriação e capacitação dos usuários indígenas.
- Habilitação de instâncias de controle social, local e comunitário, que garantam a efetividade dos mecanismos de coordenação, controlem a administração dos recursos informáticos e supervisionem sua distribuição equitativa junto à comunidade.
- Abertura de fontes de trabalho com base nos novos recursos e habilidades disponíveis nas comunidades.
- Desenvolvimento de linhas de pesquisa sobre as formas de apropriação, acesso, modalidades de uso, objetivos e projeção da participação atual na sociedade informática dos grupos e indivíduos indígenas, focalizando nos estudos em profundidade de casos paradigmáticos e representativos. O *design* de tais pesquisas participativas orientará a exploração intra-comunitária para decidir em que forma as TICs serão incorporadas, a partir da premissa de que as comunidades indígenas podem decidir utilizá-las de forma diferente que outros grupos dentro das sociedades nacionais.

Operacionalizar e implementar estas propostas paulatina porém constantemente exige facilitar as condições para que cada um dos atores interessados em eliminar as postergações informáticas possa assumir seu protagonismo: em primeiro lugar, os povos indígenas e suas organizações representativas; mas também os estados nacionais, os organismos cooperantes, as instituições da sociedade civil e as empresas privadas, no marco de sua responsabilidade social (*“corporate social responsibility”*), já que todos seremos beneficiados pelo convívio num continente orientado para um desenvolvimento com equidade que inclua os mais amplos setores da cidadania no paradigma da sociedade da informação.